



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Mercantilização do ensino superior: uma análise de cursos de Serviço Social a distância

Mercantilization of higher education: an analysis of online Social Service courses

Rita de Cássia Pereira
Farias¹

orcid.org/0000-0002-8108-5370
rcfarias@ufv.br

Lídia de Jesus Souza¹

orcid.org/0000-0002-7853-9845
lidia.souza@ufv.br

Elisângela Aparecida
da Silva¹

orcid.org/0000-0002-6747-9728
elisangela.a.silva@ufv.br

Recebido em: 11 maio 2022.

Aprovado em: 18 jan. 2023.

Publicado em: 31 mar. 2023.

Resumo: O artigo analisa as páginas dos *sites* de sete instituições brasileiras que oferecem cursos de Serviço Social a distância e que são acessíveis à população de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Os dados revelam que as principais estratégias de promoção dos cursos centram-se em aspectos econômicos como valor da mensalidade, oportunidades de bolsas de estudo e oferecimento de descontos. O pouco espaço para apresentação do currículo e da formação profissional sinaliza um distanciamento do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, comprometido com uma educação laica, gratuita, crítica e de qualidade.

Palavras-chave: ensino a distância; serviço social; mercantilização do ensino superior.

Abstract: The paper aims at examining the pages of the websites of seven Brazilian institutions that offer online Social Work courses, which are available to the population of Viçosa, Minas Gerais, Brazil. The data show that the main strategies for promoting the courses focus on economic aspects such as tuition fees, discounts and scholarship opportunities. The little space for the presentation of the curriculum and professional training signals a distance from the ethical-political project of the Brazilian Social Service, committed to a secular, free, critical and quality education.

Keywords: online learning; social work; mercantilization of higher education

Introdução

O Serviço Social e sua institucionalização no cenário brasileiro se deu na década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas investiu no processo de industrialização visando o desenvolvimento econômico. Tal processo desencadeou profundas mudanças no âmbito político, social e econômico, intensificando as expressões da "questão Social" como mendicância, fome, violência, doenças etc. É nesse contexto que os assistentes sociais são chamados para atuar nas situações denunciadas pelos movimentos operários e sindicais, que ameaçavam o projeto burguês. A atuação era pautada no método positivista e na teoria funcionalista, objetivando reajustar os indivíduos à ordem social, em um processo policialesco e culpabilizatório que desconsiderava as desigualdades presentes desde a formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Com o acirramento da "questão Social" nas décadas de 1960 e 1970, em um contexto de ditadura militar, como o conservadorismo não dava conta de atender às necessidades da população, tornou-se objeto de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.

problematização pelo Serviço Social. Desta forma, iniciou um processo de assimilação das teorias críticas marxistas, como parte do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (NETTO, 2009).

Os diversos eventos da profissão, ocorridos na década de 1970, contribuíram para que os(as) assistentes sociais se percebessem como parte da classe trabalhadora, assumindo o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a efetivação da democracia e a construção de um novo modelo de sociedade (CEFESS, 2009). Definiu-se que a teoria crítica marxista fornecia o embasamento necessário para a análise da sociedade burguesa, subsidiando uma atuação pautada na defesa dos direitos humanos em direção à emancipação social e política. A construção de um Projeto Ético Político para o Serviço Social brasileiro, pela categoria profissional, levou a uma reformulação no currículo do curso de Serviço Social, considerando sua importância "tanto no âmbito da formação como no do exercício profissional, com indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa" (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 67).

Ao mesmo tempo em que o curso e a profissão de Serviço Social se consolidavam, a adesão do Brasil à ideologia neoliberal colocava em prática a contrarreforma do Estado, cujas medidas favorecem o mercado na disputa pelos recursos do Fundo Público, com redução de investimentos na área social e retração dos direitos sociais. Em oposição ao Estado executor de políticas sociais, a ideologia neoliberal, conforme Mota (2009, p. 8), impõe "ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social", atendendo aos interesses do capital, em detrimento aos direitos da classe trabalhadora.

Para Chauí (2001), o neoliberalismo repercutiu não apenas na economia, mas afetou diretamente as políticas sociais, como a educação, que passou da condição de um direito para a condição de serviço não essencial. Nesse processo, a oferta da educação superior em instituições particulares foi articulada em benefício da iniciativa privada.

Em consonância com a política neoliberal, em 1993, o Ministério da Educação e o Ministério das Comunicações assinaram um protocolo para a criação do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância Brasilead, que traduzia o processo de implantação do neoliberalismo na educação. Posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criou as condições para regulamentar a modalidade de ensino a distância (EaD) no Brasil.

Com o objetivo de constituir um sistema de educação a distância, foram publicados os decretos n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e n.º 5.800, de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2005, 2006), que regulamentam a Universidade Aberta do Brasil (UAB), bem como a Portaria Normativa n.º 11, de 20 de junho de 2017 que estabeleceu normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Essas normativas favoreceram a expansão de cursos superiores a distância, no setor privado, sendo que os mais contemplados estão na área Ciências Humanas e, dentro dessa, o Serviço Social.

De acordo com o censo da educação superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2018, havia 8.450.755 estudantes matriculados no ensino superior; sendo 2.077.481 (24,6%) em instituições públicas e 6.373.274 (75,4%) na iniciativa privada. Desses alunos, 1.883.584 (22,3%) estavam matriculados no ensino a distância, sendo que apenas 257.021 (13,6%) concluíram o curso. O fato de 3/4 dos estudantes estarem matriculados, em 2018, no ensino privado, mostra que o ensino superior tem se tornado um rico negócio que, cada vez mais, exime o Estado da responsabilidade de prover educação pública de qualidade.

Em se tratando do Serviço Social, em 2018 existiam 332 instituições de ensino privadas que ofereciam o curso, tendo uma taxa de conclusão de 16%. Na modalidade EaD eram 86.447 matriculados no curso de Serviço Social, sendo que a taxa de conclusão foi de 12%. O fato de o curso de Serviço Social ser mais teórico, não exigindo

grandes investimentos em infraestrutura laboratorial, torna possível a sua oferta com baixo custo, o que o coloca como o mais vendido no âmbito das IES privadas a distância.

Diante dessa realidade e instrumentalizado pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, o CFESS analisou a particularidade das instituições que ofereciam o curso de Serviço Social na modalidade a distância, encontrando discordâncias quanto às Diretrizes Curriculares formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Dentre as inconsistências encontradas, destacam-se conteúdos estranhos ao Serviço Social, irregularidades no processo de tutoria e na realização do estágio curricular, problemas de infraestrutura e prestação de serviços pelos polos, com dificuldades pelos alunos de realizar provas e receberem notas, além da falta de bibliotecas e de infraestrutura necessária para a sua realização de Pesquisa e Extensão. Assim, o CEFESS (2015) elaborou o documento *Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social*.

A ABEPSS (1996) defende que uma formação de qualidade deve considerar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, embasadas na teoria social crítica, bem como na compreensão da relação entre a supervisão de estágio e o labor acadêmico, embasados no tripé ensino, pesquisa e extensão. Como as instituições de ensino a distância pautam-se nos interesses do mercado, com maior rendimento, há empecilhos para oferecer essas credenciais, o que compromete a formação profissional de qualidade, que pode reverberar em uma atuação profissional desqualificada, direcionada à ordem burguesa, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Só em Viçosa-MG, cuja população é estimada em 78.846 pessoas (IBGE, 2019), é ofertado o curso de Serviço Social a distância em sete instituições, sendo que em algumas delas os tutores não possuem formação em Serviço Social. A tutoria a distância dificulta o ensino, pois não é o tutor quem produz o conteúdo, ademais, a interação entre professor e aluno fica prejudicada.

Conforme CEFESS (2015), a tutoria *online* prejudica o ensino e a aprendizagem dos alunos, tendo em vista, a falta "de debate coletivo mesmo nos momentos presenciais, numa dinâmica que apenas resolve dúvidas eventuais no plano individual" (2015, p. 22). Iamamoto (2015) considera que um dos maiores desafios que o assistente social enfrenta é "desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano". Para enfrentar esses desafios, conforme a autora, é necessário "um profissional propositivo e não só executivo" (2015, p. 20).

O amplo acesso aos cursos a distância em Viçosa concorre com o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) nos campos de estágio, dificultando o acesso do estudante a esses espaços formativos. O curso da UFRV iniciou seu funcionamento em 2017, com o ingresso de 60 alunos. Em 2019, quando foi realizada a presente pesquisa, o curso contava com 220 alunos matriculados. O curso tem encontrado dificuldades para inserir os alunos nos campos de estágio, tendo que recorrer a cidades vizinhas para o cumprimento dessa exigência. Um dos principais fatores que adensa essa dificuldade é o número expressivo de estudantes dos cursos a distância, que já ocupavam os campos de estágio antes da implantação do curso de Serviço Social na UFRV.

Considerando essa problemática, bem como o posicionamento do CEFESS (2015) no documento *Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social*, e as Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), em defesa da educação pública, crítica, laica, presencial, gratuita e de qualidade, é que se insere a presente pesquisa. O objetivo é analisar as especificidades dos sete polos que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade privada e a distância em Viçosa-MG, verificando os aspectos organizacionais, pedagógicos e os apelos para atrair os alunos.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de natureza qualitativa e documental, realizada

a partir das informações divulgadas nos *sites* de sete instituições que oferecem o curso de Serviço Social na modalidade EaD no município de Viçosa-MG: Universidade do Norte do Paraná (Unopar), Universidade de Franca (Unifran), Universidade Estácio de Sá (Estácio), Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Universidade do Grande Rio (Unigranrio), e Centro Universitário Internacional (Uninter).

No processo de coleta de dados, inicialmente, foi feita uma busca nos sites das sete instituições, buscando identificar nos textos disponíveis nos sites, as estratégias de convencimento para atrair mais alunos e divulgar o potencial da instituição. Como os enunciados eram muito parecidos, mudando apenas a forma de escrita, construiu-se uma tabela, elencando os temas mais presentes nos *sites* das instituições: a) excelência (posição no ranking do MEC, inovações tecnológicas, qualificação dos professores, qualidade do ensino); b) perfil corporativo e de gerenciamento (responsabilidade ambiental e social, localização, infraestrutura física do polo); c) facilidade de ingresso e formas de atrair novos alunos; d) aspectos econômicos (preço, descontos, promoções, parcelamentos, crédito, financiamentos, convênios, bolsas de estudos, isenções e brindes); e) apelo para a facilidade de conciliação entre estudos e trabalho (flexibilização de horário, facilidade de acesso ao ambiente virtual); f) apelo para o sonho de se ter uma formação em um curso superior; e g) apelo para o êxito no mercado de trabalho.

Após a categorização dos temas e a disposição dos excertos de cada tema na tabela, as informações foram analisadas à luz dos referenciais teóricos que tratam sobre educação, educação a distância e Serviço Social, na perspectiva crítica. No processo analítico, os dados foram discutidos em três sessões: elementos corporativos, componentes didáticos e aspectos inerentes ao curso de Serviço Social.

Educação no contexto Neoliberal

Apesar de o Brasil não ter alcançado um Estado de Bem-Estar Social, em 1988, foi promulgada

a Constituição Federal que incorporou diversos direitos sociais duramente conquistados pelos movimentos sociais. Entretanto, muitos desses direitos não chegam a se materializar em políticas públicas, pois, na década de 1990 o país aderiu à ideologia neoliberal, atendendo às propostas do Consenso de Washington visando "propiciar uma base produtiva integrada às necessidades dos oligopólios internacionais, graças ao apelo ao crédito externo para o financiamento daquela base e sua expansão" (MOTA, 2012, p. 3).

A Contrarreforma do Estado teve como principal diretriz o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare). O plano defendia a redução de investimentos na área social e a retração de direitos, mediante nova forma de reestruturação capitalista que favorecia as empresas privadas e o capital. Para manter a hegemonia da classe dominante, as políticas sociais concretizadas como direitos foram transferidas para o campo dos serviços não exclusivos do Estado, sendo oferecidas por empresas não estatais, tornando-se mercadoria.

As políticas sociais de educação se tornaram alvo das políticas privatistas características do Estado Neoliberal, sendo reguladas pela lógica de mercado, constituindo em uma oportunidade de o setor privado obter altos lucros (CHAUÍ, 2001, p. 175).

Para Ramos e Santos (2016, p. 212), a contrarreforma do ensino superior "submete as metas educacionais às recomendações impositivas" dos organismos internacionais: Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Os documentos redigidos pelos organismos internacionais informavam que a educação seria uma ferramenta para alavancar o desenvolvimento nos países de economia central, possibilitando a reprodução do capital, como também para combater as expressões da "questão Social" nos países periféricos (PEREIRA; HERKENHOFF, 2012, p. 35). Assim, em meados dos anos 1990, projetos contrarreformistas foram criados e gestados pelo

Estado com o propósito de favorecer a privatização e a mercadorização da educação, com ênfase para o ensino superior, enfraquecendo a educação pública, gratuita e de qualidade.

Em continuidade ao desenvolvimento da política neoliberal, a partir de 1994, o Brasil instituiu uma Reforma de acordo com as recomendações dos Organismos Internacionais, transferindo os direitos como saúde e educação para o campo de serviços não essenciais do estado (RIBEIRO; FERRAZ, 2017, p. 502). Assim, foram realizadas diversas ações na perspectiva neoliberal: Propostas de Emenda à Constituição (PEC 233/95 e PEC 370/96); avaliação dos cursos superiores; elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB); diversificação das instituições de ensino e dos cursos superiores; criação do Programa Crédito Educativo e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); formulação do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) e do Projeto de Lei n.º 7.282/2002 que tratava da inovação tecnológica. Essas medidas criaram condições favoráveis para que a educação se tornasse uma mercadoria com base na financeirização e na diversificação das instituições, exigindo produtividade do professor.

As reformas que atendiam às propostas dos Organismos Internacionais, promoviam uma diluição entre o público e o privado, possibilitando escoar o dinheiro público para o setor privado, como o investimento nas instituições privadas de educação (RIBEIRO; FERRAZ, 2017). Para Ferrarez (2016), a educação regulada pelo mercado é uma forma de favorecer o setor privado e minimizar a matriz curricular dos cursos.

A contrarreforma do ensino superior favorece a oferta de cursos em instituições privadas, financiadas pelas agências bancárias, bem como a expansão do ensino a distância, sendo os da área de humanas os mais contemplados e, dentro desta, o Serviço Social. Segundo Scheunemann (2015, p. 2), no período de 2011-2012 as matrículas de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) da rede pública contavam com 27% e as IES particulares com 73%. Nas instituições que ofereciam a modalidade a distância (EaD), 83,7%

das matrículas eram da rede privada e apenas 16,3% eram da rede pública. Nesse mesmo período, as matrículas presenciais cresceram 3,1% e, as EaD, 12,2%.

No que tange ao Serviço Social, apesar dos avanços logrados pela categoria a partir da década de 1990, com a construção do Projeto Ético-Político e a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, a contrarreforma do ensino superior impactou diretamente no processo de formação profissional. Esvaziadas de conteúdo crítico e pautadas em uma formação tecnicista, as instituições de ensino priorizam "um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação" (CFESS, 2015, p. 16). Esses aspectos colidem com a teoria crítica marxista, que "permite a leitura da realidade em uma visão de totalidade, numa ação que busca atender às demandas da classe trabalhadora" (ABEPSS, 1996, p. 1).

Considerando que o contexto neoliberal contribuiu para o aumento significativo no Brasil das IES privadas e do ensino a distância, é relevante analisar os discursos das instituições que oferecem cursos de Serviço Social na modalidade a distância, que atraem cada vez mais alunos, causam endividamento na classe trabalhadora e comprometem a formação de profissionais críticos e reflexivos, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Aspectos corporativos apresentados nos sites das EaD

Visando atrair os alunos, todas as sete instituições analisadas fazem menção à sua excelência, de modo a ressaltar as vantagens do investimento no ensino a distância. Expressões como "é a melhor", "Tradição em EaD", "pioneira" e "reconhecida nacionalmente" são recursos para legitimar o ensino a distância e convencer o futuro estudante a cursá-lo, como expressam os excertos: "1º lugar em EaD segundo o MEC". "Melhor Ead de acordo com o MEC". "Melhor instituição do país na categoria Educação". "Tradição em EaD. Desde 2009". "Referência no ensino a distância no Brasil".

"Mais de 40 anos de tradição em educação de qualidade". "Pioneira em atender os padrões de exigências do MEC para a oferta de cursos no ensino a distância".²

Como parte da divulgação de sua excelência, o aspecto quantitativo é recorrente para exaltar o potencial da instituição, evidenciando que ela pertence ao "maior grupo", "um dos maiores grupos privados", "presente em todos os estados brasileiros", "Cursos com nota máxima no MEC", com mais de 600 polos em todo o Brasil, presentes em mais de 700 cidades.

O destaque para o aspecto quantitativo e a disputa pela superioridade estão ligados ao avanço de conglomerados do ensino superior sobre a educação e a formação de monopólios das instituições particulares de ensino. No Brasil, três grandes grupos lideram o ensino superior: UNIP, Kroton e YDUQS/Estácio. Das sete EaDs em estudo, duas pertencem ao grupo Kroton, duas ao grupo Cruzeiro do Sul Educacional, e uma ao grupo YDUQS, enquanto duas não estão vinculadas a nenhum grande grupo.

Por se tratarem de grandes grupos que disputam o monopólio da educação particular presencial e a distância, o conhecimento do mercado e as estratégias gerenciais estão entre os aspectos mais ressaltados nos sites. Em sua estratégia de *marketing*, uma das instituições menciona que a "sua performance alia intenso conhecimento de mercado, instalações estrategicamente localizadas, marcas fortes e equipe de gestão experiente, o que o torna um dos mais representativos, diversificados e eficientes grupos de educação".³

A responsabilidade social e a responsabilidade ambiental são destacadas no perfil gerencial de todas as instituições analisadas, articuladas ao empreendedorismo, divulgado como algo que lhes confere credencial. Essas ações apelam para o comprometimento com a "Educação para um mundo sustentável", "promoção do desenvolvimento sustentável", "defesa do meio ambiente". "Preservação da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural", o "desenvol-

vimento social do país", sendo "precursores do futuro", podendo "contribuir para um amanhã melhor". Dessa forma, os membros da instituição tornam-se aptos para "exercerem seu papel de cidadãos", promover a "Inclusão Social", principalmente pela "inclusão digital" e por atender a "todos os públicos", além da "prestação de serviços à comunidade". Fomenta, conforme Bertollo (2016, p. 347), a firmação do voluntariado, da solidariedade, do assistencialismo, cujo "planejamento é moldado e operacionalizado a partir dos interesses hegemônicos das instituições executoras".

Com o discurso de oferecer uma formação ampla e cidadã, todas as sete instituições analisadas fazem apelo para o êxito do futuro profissional no mercado de trabalho, destacando as possibilidades de sucesso profissional e melhores salários. O ensino a distância é focado pelo potencial de formar alunos que tenham autonomia, agilidade, objetividade, foco e dedicação na realização de atividades, em consonância com as exigências do mercado.

Os apelos reportam à ideia de que o profissional formado a distância recebe a "qualificação profissional necessária para se destacar no mercado de trabalho, sendo recompensado pelos seus esforços, foco e dedicação". As instituições oferecem "Serviços de orientação, treinamento e vagas para o mercado de trabalho".

Os anúncios evidenciam que todo o esforço do estudante vale a pena pois "profissionais com diploma ganham muito mais", "ganham até 3 vezes mais". A formação é anunciada como tendo tamanha excelência, de modo que o estudante "já esteja preparado para atuar na sua área antes mesmo de se formar", pois os "cursos a distância oferecem o conteúdo e a prática que o mercado exige" e "possuem uma grade curricular completa, seguindo as tendências do mercado de trabalho". Afinal,

A disputa por uma colocação no mercado de trabalho tem ficado cada vez mais acirrada e os candidatos precisam estar preparados, pois

² Os excertos foram capturados pelas autoras nos sites oficiais das instituições e transcritos para o presente estudo.

³ Excerto transcrito do site da instituição.

qualificação, experiência e características de personalidade são cada vez mais observadas como diferenciais nas empresas.⁴

Ao anunciar a excelência das Instituições, os sites destacam que o ensino a distância tem uma "ampla aceitação no mercado de trabalho", que resulta em "88% dos alunos empregados", "rumo a uma carreira de sucesso". Uma das instituições destaca que os profissionais formados pela EaD têm um alto diferencial reconhecido pelo mercado devido ao fato de apresentarem "maior disciplina, organização e autonomia na realização de atividades, além de mostrarem mais agilidade e objetividade".

Os apelos das instituições corroboram as assertivas de Pereira e Herkenhoff (2012) quando afirmam que a educação frequentemente é enfocada em uma perspectiva redentora, voltada para o mercado de trabalho, como instrumento capaz de superar as desigualdades próprias dos países periféricos e dependentes. Assim, "A educação é voltada para o trabalho, para a formação do 'capital humano', ou seja, uma perspectiva que reforça o empenho do indivíduo, a lógica do individualismo e do empreendedorismo" (2012, p. 45).

Diante da perspectiva da educação redentora, todas as instituições analisadas destacam o ensino a distância como a concretização de um sonho, a única opção de estudar e conseguir um bom emprego, diante das limitações financeiras e de tempo. Os apelos conjugam o sonho de ter uma formação superior com o baixo investimento econômico: "Inicie seu sonho com R\$ 49* nos primeiros meses + 40% de bolsa no curso todo", "Experimente o seu sonho!", "O equilíbrio perfeito entre o seu tempo e o seu sonho". "O sonho de conquistar um diploma de ensino superior com uma bolsa de estudo 100% está prestes a se tornar a sua realidade! A instituição "me ofereceu a oportunidade de realizar um sonho". "Tudo o que você precisa saber para realizar o sonho de fazer uma faculdade".

Visando atrair novos alunos e mostrar que o investimento está ao alcance de todos, as insti-

tuições oferecem preços acessíveis, descontos, convênios, bolsas de estudos, crédito, parcelamentos e isenções, contando com programas específicos de financiamento. As instituições oferecem desconto para os estudantes que fizerem cursos simultâneos, duas graduações ou cursos sequenciais. Uma delas anuncia que os egressos também recebem 15% de descontos quando fizerem novos cursos de graduação ou pós-graduação (*Lato sensu*), cujo benefício não é cumulativo com outros descontos.

Os descontos são concedidos também caso outros familiares se matriculem na mesma Instituição. Duas instituições anunciam o oferecimento de desconto para empresas e entidades conveniadas, de acordo com a modalidade de convênio. Os funcionários das IES e seus dependentes igualmente recebem descontos. As chamadas para os descontos sempre aparecem em letras grandes, para se destacar na página da instituição e não passarem despercebidas: "Até 30% de desconto", "Graduação a partir de R\$149,90", "Isenção da taxa do vestibular e da taxa de inscrição" e "Desconto progressivo". "Primeira mensalidade 49,90. Inscreva-se!". "Não perca esta promoção de desconto regressivo!" "Descontos regressivos! Prorrogado até 15/10" "50% de desconto na matrícula". Uma das instituições apela para a oferta de bolsas integrais para estudantes com renda *per capita* de até um salário mínimo. Outra destaca o programa de acerto na prova para concorrer a bolsas de estudo, além de apelos para mensalidades que "cabem no bolso".

As instituições de ensino também investem em promoções, campanhas e brindes em que o estudante indica um amigo e recebe prêmios ou descontos de 20, 30 e 40 % de desconto. Uma delas oferece R\$ 50,00 de desconto em uma mensalidade e outra 10% de desconto por seis meses e possibilidade de ganhar um iPhone 7 Plus.

O carro chefe dos cursos a distância é o apelo para a falta de tempo, flexibilidade nos horários de estudo, mobilidade (estude onde quiser) e a

⁴ Trechos transcritos dos sites das instituições.

facilidade de conciliar estudo e trabalho, como mostram os excertos: "Estude onde e como você quiser", "Aulas online para você baixar e ouvir quando puder", "A mobilidade que você precisa para adaptar os estudos à sua rotina com a graduação a distância", "Adapte os estudos à sua rotina e à sua carreira", "Assista às aulas 100% online e agende as provas no seu polo", "Graduação Flex (30% presencial e 70% a distância)", "92% dos ex-alunos do EaD conseguiram conciliar trabalho e estudo". "A escola vai até você"; "Horários flexíveis". A instituição "me permite ter liberdade para escolher meu tempo e meu ritmo, tendo sempre o apoio dos tutores que jamais deixam que fiquemos com qualquer dúvida". "Estude em qualquer lugar, basta ter um computador, tablet ou smartphone com acesso à internet", "facilitando seu acesso a uma educação de qualidade onde quer que você esteja".

Três instituições alertam que os cursos a distância exigem disciplina, comprometimento e saber administrar o próprio tempo responsabilizando o aluno por seu aprendizado. Apesar do discurso das instituições focar no "aprender a planejar", ter "oportunidade de conhecimento profissional, o apelo para a disciplina, o comprometimento e "saber administrar o tempo para o seu sucesso" é uma forma de transferir para o aluno a responsabilização, caso ele fracasse. Afinal, os discursos apontam que a metodologia, as estratégias e recursos são excelentes e os alunos têm ótimo suporte pedagógico. Portanto, se o aluno não for bem-sucedido, é um problema pessoal e não institucional, algo bem comum à lógica neoliberal.

A pretensa facilidade de aprender com pouco investimento de tempo, conforme Ramos e Santos (2016, p. 213), corresponde a uma tática para

[...] destituir de sentido os ensinamentos que possibilitariam às novas gerações o acesso ao pensamento crítico, por meio do conhecimento histórico da vida social, da trajetória das profissões e das razões histórico-ontológicas das quais as coisas são como são.

Aspectos pedagógicos divulgados nos sites das EaD

Em consonância com o documento elaborado pelo Ministério da Educação intitulado *Referenciais de Qualidade na Educação a Distância* (BRASIL, 2007, p. 7), a metodologia de ensino, os materiais didáticos e os discursos informam que o Ambiente Virtual de Aprendizagem está ligado à inovação, tecnologia, modernidade e adesão a instrumentos utilizados no exterior.

Embora uma das instituições faça menção ao "projeto pedagógico consistente", nenhum dos sites disponibiliza o projeto pedagógico do curso de Serviço Social. Entretanto, o relatório de sustentabilidade é disponibilizado no site de todas as instituições, o que comprova que o aspecto gerencial é mais importante que o pedagógico.

Mesmo que o ensino a distância apresente dificuldades para realizar atividades de pesquisa e extensão, essas modalidades são divulgadas no *marketing* de algumas instituições, como "Projetos Permanentes de Extensão ligados à Educação a Distância", "Integração e Inclusão: Discutindo situações relacionadas à aprendizagem, afetividade e conduta em sala de aula"; "Por uma Vida sem Violência: Prevenindo e enfrentando a violência doméstica praticada contra a mulher"; "Serviço Social e cidadania: uma questão de direito".

Um quesito destacado por todas as EaDs é o diploma. As instituições colocam em evidência que não há diferença entre um diploma presencial ou a distância: "o diploma de um curso de graduação EaD é igual ao da graduação presencial", "com a mesma qualidade e diploma do curso presencial". "Conquiste o mesmo diploma do presencial", "Diploma igual ao presencial, reconhecido pelo MEC e pelo mercado de trabalho". Para dar legitimidade ao assunto, uma das instituições cita a legislação pertinente: "Conforme o Art. 5º do Decreto 5.622 de 2005 os diplomas e certificados de cursos a distância, emitidos por instituições legais, obtêm validação nacional. Portanto, não diferem, em nada, dos diplomas e certificados da modalidade presencial."

Diante das estratégias de convencimento,

os cursos a distância revelam-se como muito atrativos para quem não consegue ser aprovado em uma instituição de ensino superior pública ou não tem disponibilidade de residir em uma cidade que possui ensino superior público. O ensino a distância privado tem se revelado como ferramenta essencialmente comercial que se utiliza dos discursos atrativos com o objetivo de promover a instituição. De acordo com Saviani (2005, p. 34), a EaD busca o "[...] máximo de resultados com o mínimo de dispêndio".

Para a ABEPSS (1996), o processo de formação profissional deve incluir o tripé ensino, pesquisa e extensão. Este é o caminho para unir a teoria e a prática, no direcionamento do agir profissional com embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Seguindo esses critérios, deduz-se que as instituições EaD no Brasil não possuem um projeto pedagógico sólido,

[...] uma vez que, para efetivação desse projeto, fazem-se necessárias: leituras densas; bibliografia de qualidade, que busquem as fontes; debates críticos; aprofundamento teórico, ético e político; pesquisa e extensão; vivências; relação com a sociedade; contato com direto com a profissão e profissionais (ABEPSS/CFESS, 2011, p. 796, 797).

Para promover a adesão de alunos, as instituições EaD utilizam de mensagens atrativas e vantagens oferecidas pelos instrumentos tecnológicos, inovadores e modernos. Entretanto, a negligência do investimento nos aspectos pedagógicos e na qualidade do ensino contribui para aumentar o abismo entre uma formação pública de qualidade e aquela oferecida nas instituições que oferecem graduação na modalidade EaD.

Como o curso de Serviço Social é divulgado nos sites das EaD

As diretrizes para os cursos de Serviço Social, formuladas pela ABEPSS, e o Projeto Ético Político do Serviço Social se preocupam com a qualidade do ensino, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas, que dão a direção social do curso e evidenciam um comprometimento da instituição com a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Em oposição a esse direcionamento, os sites das instituições de EaD trazem informações sucintas sobre o curso de Serviço Social. Referem-se basicamente ao perfil do curso, mercado de trabalho, matriz curricular, tempo de duração, nota no MEC, estágio e a formação do(a) coordenador(a). Não trazem o projeto pedagógico do curso, o direcionamento teórico-metodológico, o comprometimento ético-político, nem informações pedagógicas suficientes.

Uma das instituições revelou ter uma concepção conservadora sobre o Serviço Social ao destacar que "ajudar ao próximo é o desejo de muitos jovens que buscam uma profissão". Essa mentalidade conservadora da profissão, pautada na ajuda, mostra o quanto o curso diverge das diretrizes da ABEPSS e do projeto ético político da profissão que apontam um compromisso com a classe trabalhadora, os movimentos sociais, o acesso aos direitos e às políticas públicas. Conforme CFESS (2015, p. 16), nos cursos a distância

[...] não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular.

O CFESS (2015, p. 14) problematiza ainda que "a 'produção' de profissionais em massa e com conteúdos banalizados", que fragiliza "a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares". Ao contrário, a educação oferecida pela EaD é do tipo "bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa. (2015, p. 14)"

Considerando o vasto contingente de informações sobre os aspectos gerenciais e econômicos das EaD e as escassas informações sobre os aspectos pedagógicos do curso de serviço social, os dados analisados levam a refletir sobre as ponderações do educador brasileiro Vitor Henrique Paro, cuja análise sobre a gestão escolar de uma maneira geral, subsidia a reflexão sobre o ensino do Serviço Social a distância. Na visão do autor, a Administração Escolar no Brasil adota,

“implícita ou explicitamente, o pressuposto básico de que, na escola, devem ser aplicados os mesmos princípios administrativos adotados na empresa capitalista” (PARO, 2012, p.187). Como se os métodos e técnicas da administração tivessem aplicação universal, adequada a qualquer tipo de organização.

O autor menciona o erro que se incorre ao adotar os instrumentais da administração geral para a administração escolar, principalmente quando se utiliza os princípios de eficiência e produtividade (2012, p. 22). Por outro lado, a educação pode ser um elemento de transformação social, quando o seu caráter pedagógico se posiciona em favor da classe trabalhadora e pela apropriação do saber historicamente acumulado, com o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade.

Nesse sentido, todo o esforço para introduzir uma nova práxis administrativa deve levar em consideração as condições concretas onde a escola está inserida, para consecução dos objetivos. Com base nestes pressupostos, o autor esclarece que, em um processo de mudança, deve-se criar um clima amistoso e propício à prática da administração escolar, através de uma consciência crítica dos trabalhadores da educação, em busca da eliminação da dominação e das desigualdades sociais.

Ao mencionar o caráter conservador da administração escolar vigente, Paro (2012) destaca que na escola privada se identificam melhor os elementos de produção capitalista, na medida em que o ensino do professor se configura como um autêntico “trabalho produtivo, que produz mais-valia para o capitalista”, que faz da escola um comércio lucrativo de sua empresa cultural.

Conjugando os referenciais de Paro (2012) aos aspectos gerenciais destacados nos *sites* das instituições analisadas, verifica-se que o ensino a distância, em modalidade assíncrona, não considera a realidade dos estudantes, nem possibilita interação entre educador e aprendiz. Assim, dificilmente o processo de ensino-aprendizagem poderá ser emancipatório e a educação crítica e libertadora. Para Ramos e Santos (2016, p. 213), essa modalidade de educação, consolida “um

tipo de ensino que não favorece o processo de aprender e pensar, considerando a complexidade da realidade, dos fenômenos estudados na área de ciências humanas e sociais”.

Corroborando essa discussão, Iamamoto (2014, p. 629) afirma que o crescimento do ensino a distância interfere diretamente na formação qualificada onde os profissionais vão se submeter às “normas do mercado” aumentando a incerteza diante do emprego, o que ocasionará em um “exército assistencial de reserva”. No modo de produção capitalista, a oferta não acompanha o número de profissionais aptos ao trabalho, e, por esse motivo, estes profissionais poderão reforçar o “clientelismo político” e o “voluntariado” prejudicando a categoria.

Por outro lado, formação acadêmica de qualidade, para Netto (2009, p. 16), requer um aprofundamento nas dimensões acima citadas que possibilitam uma avaliação crítica da realidade na qual o profissional vai intervir em um projeto maior de sociedade com “justiça social”, acesso universal aos “direitos civis, políticos e sociais” que designa o projeto ético-político do curso de Serviço Social, enquanto projeto de transformação social. Entretanto, não foi encontrada evidência do projeto ético-político nas sete instituições analisadas.

Considerações finais

A análise dos *sites* das sete instituições que oferecem o curso de Serviço Social em Viçosa, na modalidade a distância, mostra que o apelo empresarial, com destaque para a grandiosidade da instituição, é o aspecto mais ressaltado nos sites, que assume maior visibilidade que os aspectos pedagógicos.

Dentre os aspectos envolvidos no renome da instituição, é comum o apelo para a tradição. Entretanto, os cursos EaD são relativamente novos no país, se iniciaram a partir de 1990 e possuem 30 anos. Considerando que a tradição, conforme Japiassú e Marcondes (2008), corresponde ao conjunto de bens culturais que se transmite de geração em geração no interior de uma sociedade e, considerando ainda que uma geração varia de

15 a 30 anos, conforme Mannheim (1982), verifica-se que nenhuma instituição chegou a construir uma tradição em torno do ensino a distância. Tais colocações evidenciam que o apelo à tradição é uma mera estratégia mercadológica para atrair alunos para as instituições.

O EaD busca cada vez mais alcançar novos públicos, como os idosos, que tradicionalmente ficaram excluídos dos processos de ensino e, principalmente dos aspectos tecnológicos. Os discursos reportam à inclusão e à responsabilidade social, mas, na verdade, trata-se de uma estratégia mercadológica para expandir o seu público.

As estratégias de convencimento são amplas e fazem apelo à realização de um grande sonho e inserção exitosa no mercado de trabalho com baixo investimento e facilidade de pagamento. A facilidade de conciliar trabalho e estudo é emblemática nos discursos, afinal, quem acessa esse tipo de serviço é, geralmente, o trabalhador que, para financiar o próprio estudo, precisa ter uma fonte de renda. Entretanto, a alerta de que o ensino a distância exige muita disciplina, um aspecto pessoal/individual, é uma forma de responsabilizar o estudante, caso ele fracasse. Afinal, ele teve uma excelente oportunidade em uma instituição de excelência e renome, mas não se dedicou o suficiente.

No atual contexto de profunda crise do capital que desconsidera barreiras territoriais quando se trata da busca por maiores lucros (BERTOLLO, 2016, p. 351), o discurso para o financiamento recebe grande evidência. A venda do "sonho" de se ter uma formação superior e uma melhor ocupação no mercado de trabalho leva muitas pessoas a se endividarem com as "facilidades" que os cursos a distância oferecem.

Apesar dos discursos de facilidade do processo de aprendizagem, muitos estudantes não conseguem se adequar à dinâmica da tecnologia, nem ao investimento solitário nos estudos e, com isso, acabam não concluindo o curso, vendo os seus sonhos se esvaírem. Conforme CFESS (2015, p.13) "os índices de evasão em cursos de graduação a distância correspondem a, aproxi-

madamente, 70%". Enquanto isso, as instituições ficam cada vez mais ricas, fazem articulações, parcerias, fusões, se agigantam e monopolizam o mercado, ampliando as contradições envolvidas na relação capital e trabalho.

Adicionalmente, os cursos de Serviço Social a distância, em um processo de atualização do conservadorismo, têm a fragilidade de privar os estudantes do conhecimento adquirido nas interações cotidianas entre professores e alunos, nas visitas técnicas, nas semanas acadêmicas e nos grupos de trabalho. O contato direto com a realidade onde se vai atuar e com os profissionais possibilitam articular teoria e prática, evidenciando os desafios da profissão para uma atuação crítica, criativa, comprometida e ética. Algo difícil de se alcançar no contexto do ensino a distância.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

ABEPSS; CFESS. As entidades do Serviço Social Brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc., IS. I*, n. 108, p. 785-802, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000400013>.

BERTOLLO, Kathiúca. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p333-356>.

BRASIL. *Resolução Nº 15, de 13 de março de 2002*. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

CFESS. *Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social*. Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2015. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

FERRAREZ, Cinthya. S. Mercantilização do ensino superior e serviço social: uma breve análise sobre a formação profissional no estado de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2016. v. 1.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INEP. *Sinopse da educação superior 2018*. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopseestatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2001.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Tradução de Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1982. p. 67-95.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. espe, p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Revista de Sociologia*, n. 10, 2012, p. 29-41. Disponível em: <https://journals.openedition.org/contfiguracoes/1324>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CEAD: UnB, 2009. p. 51-68.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: A. E. Mota, M. I. S. Bravo, R. Uchoa, V. Nogueira, R. Marsiglia, L. Gomes; M. Teixeira (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva; HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. Ensaio para compreensão da função da educação no sistema capitalista. *Ser Social*, [S. l.], v. 13, n. 29, p. 35-64, 7 mar. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12665. Acesso em: 20 dez. 2020.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro; lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). *Serviço Social no Brasil: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 209-233.

RIBEIRO, Daniella Borges; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Tendências contemporâneas da política de educação superior brasileira. *Ser Social*, Brasília, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 499-518, jul./dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14953. Acesso em: 20 dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas-SP: HISTEDBR: UNICAMP, 2006.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel. Formação profissional virtualmente mediada em serviço social: a experiência da ULBRA EAD. In: CIAED Congresso Internacional ABED de Educação a distância, 21., 2015, Bento Gonçalves. *Anais [...]*. Bento Gonçalves: CIAED, out. 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_193.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

Rita de Cássia Pereira Farias

Assistente social. Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil. Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG, Brasil.

Lídia de Jesus Souza

Graduada em Serviço Social e mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG, Brasil.

Elisângela Aparecida da Silva

Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG, Brasil.

Endereços para correspondência

Rita de Cássia Pereira Farias

Departamento de Serviço Social

Campus da Universidade Federal de Viçosa

36570900

Viçosa, MG, Brasil

Lídia de Jesus Souza

Rua: João Batista da Costa, 113

Santo Antônio, 36576080

Viçosa, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.